

**Impugnação 26/07/2022 10:39:33**

[...][b]V - DO PEDIDO[/b] [p]Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará. [p]Entende-se por correção do ato convocatório a inclusão da exigência de apresentação da licença ambiental válida com GALVANOPLASTIA, nos termos da Resolução CONAMA no 237/1997 e a Licença de Funcionamento (CLF), emitida pela Polícia Federal e Ministério do Exército como documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes. [p]a) Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO) –, emitida em nome do fabricante do produto, conforme artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e art. 2º, caput e § 1º, e Anexo da Resolução CONAMA 237/1997; e [p]b.1. A licença ambiental supracitada se refere a Licença Ambiental com galvanoplastia, considerando a aderência da referida atividade ao objeto a ser licitado. [p]c. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal, em atendimento à Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, ao Decreto 4.262, de 10 de junho de 2002 e à Portaria MJSP 240/19, de 12 de março de 2019. [p]d. Certificado de Registro de produtos controlados pelo Exército [p]e. Caso o licitante se caracterize apenas como comerciante, deverá buscar junto ao fabricante do item ofertado a documentação supra mencionada e apresentá-la conforme os termos previstos no Edital. [p]Tendo em vista que a sessão pública eletrônica está designada para 27/07/2022, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo à esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4.º da lei 10520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dRequer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.os documentos de habilitação. [p]Termos em que, Pede deferimento

**Resposta 26/07/2022 10:39:33**

Prezado, vosso pedido de impugnação foi analisado pela Equipe de Planejamento da Contratação que se manifestou pelo INDEFERIMENTO, nos seguintes termos: [p]Sr. Pregoeiro, [p]A Empresa FORMALTA solicita impugnação do certame tendo em vista a necessidade e a exigência de apresentação dos seguintes documentos pelas empresas participantes do certame: [p]A. Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO) –, emitida em nome do fabricante do produto, conforme artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e art. 2º, caput e § 1º, e Anexo da Resolução CONAMA 237/1997; e [p]B. A licença ambiental supracitada se refere a Licença Ambiental com galvanoplastia, considerando a aderência da referida atividade ao objeto a ser licitado. [p]C. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal, em atendimento à Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, ao Decreto 4.262, de 10 de junho de 2002 e à Portaria MJSP 240/19, de 12 de março de 2019. [p]D. Alvará de Produtos Controlados correspondente à(s) atividade(s) do licitante e Certificado de Vistoria, ambos emitidos pela Polícia Civil, se exigível, de acordo com a legislação Estadual relativa ao local de domicílio da empresa. [p]E. Certificado de Registro de produtos controlados pelo Exército [p]F. Caso o licitante se caracterize apenas como comerciante, deverá buscar junto ao fabricante do item ofertado a documentação supra mencionada e apresentá-la conforme os termos previstos no Edital. [p]Da mesma forma que a Empresa entrou com pedido de impugnação referente as mesmas solicitações apresentadas acima, no certame anterior, (processo SEI nº 08200.000391/2020-70), e respondidas sequencialmente pela Equipe de Planejamento da Contratação, informa-se que para fins destes questionamentos foram solicitadas informações ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA ligados ao Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados- DFPC- ligados ao Exército Brasileiro e Divisão de Controle de Produtos Químicos-DPCQ- ligados a Polícia Federal, e as respostas amparam o entendimento desta Equipe que os pedidos de documentos de licenciamento não são obrigatórios para habilitação da empresa no certame pois se trata de obrigação acessória da empresa a ser contratada visto que estão diretamente relacionados com o objeto a ser adquirido. A adequação da empresa junto a outros entes de regulação e fiscalização é condição necessária para o regular funcionamento da empresa, no caso do fabricante do item Distintivo Policial. [p]Desta forma, a Equipe de Planejamento da Contratação indefere o pedido de impugnação. [p]Att, EPC



Impugnação 25/07/2022 16:01:03

[...]IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO CONHECIDA, e no mérito julgada PROCEDENTE, com efeito para:

- a) Sejam consultadas empresas nacionais para a formação do preço e da especificação do objeto da algema da licitação; e
- b) Seja incluído no Edital do Pregão Eletrônico os critérios de avaliação da tinta para riscos e arranhões.

Termos em que, Pede e espera deferimento.

Fechar



Resposta 25/07/2022 16:01:03

Prezado, vosso pedido de impugnação foi analisado pela Equipe de Planejamento da Contratação que se manifestou pelo INDEFERIMENTO, nos seguintes termos:

Sr. Pregoeiro,

De acordo com o processo 08200.001648/2022-72, informa-se que foram enviados e-mails solicitando cotações de preços dos objetos para mais de 12 empresas, dentre essas, mais de sete empresas são nacionais. Usualmente, encaminha-se anexo ao corpo de email, o Termo de Referência juntamente com as especificações do objeto pretendido para que a Empresa possa ler, analisar e cotar o orçamento de acordo com as especificações almejadas no certame. Certo também, que a solicitação de cotação com o para a formação de preços fora encaminhada para a Empresa "Algemas do Brasil" que se certificou dos documentos recebidos, retornando-nos com a proposta de cotação para o item pleiteado. Adiciona-se que essa equipe realizou, não apenas pesquisa de preços junto às Empresas, mas se pautou nos parâmetros do Artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Tendo em vista pesquisa realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação não se pode falar em direcionamento do certame, tendo em vista que várias empresas nacionais enviaram-nos cotações de preços.

Em relação ao segundo item pleiteado, informa-se que a resistência à riscos e arranhões será observada ao final dos testes onde será constatada a presença ou não de tal avarias.

Diante de tais questionamento, essa equipe indefere o pedido de impugnação solicitado.

Att, Equipe de Planejamento da Contratação